

ESTRUTURA E AÇÃO NA SOCIOLOGIA DAS REVOLUÇÕES MODERNAS: *SKOCPOL E TILLY*

Marco A. C. Cepik

INTRODUÇÃO

Neste texto discuto as áreas de proximidade e as divergências entre os argumentos de Charles Tilly (*From Mobilization to Revolution - 1978*) e Theda Skocpol (*States and Social Revolutions - 1979*) acerca das Revoluções Modernas.

A hipótese básica é a de que os enfoques “estrutural” de Skocpol e “estratégico” de Tilly podem ser complementares, embora não se prestem a uma operação simples de justaposição; ambos contribuindo para uma superação dos modelos explicativos que enfatizam unilateralmente as interações estratégicas entre sujeitos coletivos *versus* os condicionantes estruturais (econômicos, políticos ou culturais) nos macro-processos violentos de mudança social.

Os trabalhos comparativos de sociologia histórica e a análise dos conflitos estratégicos, ao combinarem uma abordagem complexa de longo prazo com modelos conjunturais multi-causais, trazem grande contribuição para a história social das revoluções, constituindo um verdadeiro desafio para os analistas da década de noventa.

Além disso, para os objetivos de uma teoria das revoluções modernas estes são os autores que, na tradição da sociologia acadêmica norte-americana sobre o tema (analisada criticamente na dissertação de mestrado da qual este trabalho foi extraído), se revelam os mais consistentes do ponto de vista teórico e conceitual, tanto pela compatibilidade com as explicações de tipo marxista, quanto pela ênfase nos aspectos autônomos da luta política; também tipificam dois paradigmas explicativos de forma matizada, o que favorece um enfoque interativo.

Por *paradigma* entenda-se simplesmente os quadros meta-teóricos

Marco A. C. Cepik é professor de Teoria Política da Universidade Federal de Minas Gerais e doutorando em Ciência Política da IUPERJ.

de referência a partir dos quais são construídas as teorias de alcance médio. O fato das abordagens “estrutural” e “intencional” comporem uma mesma matriz disciplinar não elimina as diferenças de enfoque e de linguagem, tampouco os problemas de comunicação entre os paradigmas (no sentido “fraco” adotado...).

Como se poderá observar abaixo, a associação entre conflito e mudança, cerne de uma teoria sobre as revoluções modernas, é uma área opaca (Kuhn) entre as duas abordagens, de difícil tradução nos termos da problemática histórico-estrutural, revelando a impossibilidade de uma integração completa das duas teorias. E, provisoriamente, a necessária adesão à abordagem intencional.

Não se tome tal afirmativa pela adesão dogmática ao paradigma da Mobilização de Recursos de Tilly, com suas áreas de contato e suas polémicas com o Individualismo Metodológico. Todavia, uma declaração antecipada neste sentido poderá ser útil para que o leitor possa mover-se adiante no breve exercício que será tentado a seguir.

Convém lembrar ainda que *os debates sobre a escolha de teorias não podem ser expressos numa forma que se assemelhe totalmente a provas matemáticas ou lógicas* KUHN(1990:245).

Assim, após o estabelecimento de premissas e regras de inferência, ou um dos debatedores admite que errou (no artigo sobre a Revolução Iraniana - 1982 - Skocpol não chega nem perto disso...), ou o *debate continua segundo a forma que toma inevitavelmente nas revoluções científicas. Este debate é sobre premissas e recorre à persuasão como um prelúdio à possibilidade de prova.* KUHN(1990:245).

A possibilidade de prova, neste caso, implicaria a volta aos casos históricos de revoluções modernas. Esta dissertação está aquém desta tarefa, pretendendo situar-se, ao cabo, como este prelúdio que auxiliaria o debate posterior pela reunião de problemas (e de autores que trataram destes problemas...) no espaço de um trabalho como este.

Além desta limitação prática do ensaio, penso que há mais elementos compatíveis entre os dois modelos explicativos do que suas ênfases discursivas indicariam à primeira vista. Neste sentido, talvez seja preferível falar em *limites e zonas de validade de um determinado paradigma* BOUDON (1993: 563). E é disto que se falará agora.

DEFININDO REVOLUÇÕES

Pode-se definir a revolução *lato sensu* como toda mudança radical ocorrida numa dimensão axial da vida social, onde o estado final dos

sistemas difere do antecedente. E as revoluções *stricto sensu*, i.e., as revoluções sócio-políticas modernas podem ser definidas como um tipo particular de *mudança* (macro-fenômenos de transformação global e violenta dos sistemas sociais) e *conflito* (confrontos estratégicos entre vontades coletivas pela soberania sobre uma população e um território), numa *via* de ingresso na modernidade.

Neste rol de revoluções modernas incluem-se as revoluções *burguesas-liberais* (Inglaterra, Países Baixos, América do Norte, França, etc.), as revoluções *populares-socialistas* (Rússia, Iugoslávia, China, Cuba, Vietnã, etc.), as revoluções *burocráticas-"pelo alto"* (Prússia [Hohenzollern], Japão, Turquia, Alemanha, Itália, etc.) e os casos que, na falta de melhor classificação, se poderia chamar de *populares-"de libertação nacional"* (México, Angola, Moçambique, Nicarágua, Irã, etc.).

As "refoluções" (o jornalista Timoty G. Ash, designou assim tais processos ambíguos...) do Leste europeu no biênio 1989-1990 permanecem em aberto, dependendo de maior consenso acerca da natureza das formações sociais pós-revolucionárias da URSS e do "campo socialista". Tendo a considerá-las como parte do que Kurz chamou de "colapso da modernização", portanto, como variantes (dirigidas por coalizões burocrático-populares) do desenvolvimento moderno. Isto incluiria os recentes colapsos dos regimes do "socialismo real" no ciclo das revoluções modernas.

Em relação a esta definição e classificação das revoluções modernas *stricto sensu*, a noção de Revoluções Sociais de Skocpol é deliberadamente mais restritiva:

As revoluções sociais são transformações rápidas e radicais das estruturas de classe e de Estado de uma sociedade; e são acompanhadas e em parte levadas a cabo por revoltas das classes inferiores. As revoluções sociais distinguem-se de outras espécies de conflitos e de processos transformadores, sobretudo devido à combinação de dois aspectos coincidentes: a coincidência da mudança estrutural da sociedade com a sublevação de classe; e a coincidência entre a transformação política e a transformação social. Pelo contrário, as revoltas, mesmo quando bem sucedidas, podem envolver a sublevação das classes subordinadas - mas não originam uma mudança estrutural. As revoluções políticas alteram as estruturas do Estado, mas não as estruturas de classe, não decorrendo necessariamente dos conflitos entre classes. E processos como a industrialização podem transformar as estruturas sociais sem obrigatoriamente causarem ou resultarem de súbitos levantamentos de caráter político ou de mudanças fundamentais

político-estruturais. SKOCPOL(1985:17). (grifos meus, M.C.).

Nesta questão a autora reprova em Tilly o fato dele incluir as revoluções sociais em categorias analíticas mais amplas, como tipos específicos de ações coletivas e interações conflitivas, o que conduziria este autor a não observar as causas e características específicas do fenômeno.

Também reprova o que, segundo ela, seria uma defesa da contingência das mudanças estruturais para a definição e explicação das revoluções. Explico. Segundo Skocpol, a teoria geral de Tilly procura encontrar as causas da emergência do conflito pela soberania e, após este exercício, especificar as causas adicionais que “explicam o subconjunto de irrupções que conduzem a mudanças revolucionárias efetivas”. Vejamos o que Tilly tem a dizer sobre estas críticas:

Our concepts will do better work for us if we turn them into continua. A situation can be more or less revolutionary. (...) In any case, one extreme will be the maintenance or restoration of the status quo ante, the other extreme the complete elimination of previous members from the polity. In between will be varying degrees of displacement. (...) Politics as usual involves little or no displacement of existing members of the polity, and no more than low-cost splits between alternative polities. Coups involve higher-cost splits (although not irrevocable ones), but result in relatively little displacement of existing members. Silent revolutions, if they occur, produce major displacements with little or no development of a revolutionary situation. Great revolutions are extreme in both regards: extensive splits between alternative polities, large-scale displacement of existing members. TILLY(1978:194-195). (Grifos meus, M.C.)

A hipótese de Tilly se pretende também realista; embora admita que situações revolucionárias podem ocorrer sem desfechos necessariamente revolucionários, as chamadas grandes revoluções só ocorrem para este autor quando crises revolucionárias redundam em desfechos revolucionários.¹ Este *continuum* entre situações e conseqüências é que constituiria o objeto de uma TEORIA DAS REVOLUÇÕES MODERNAS.

De fato, Tilly não atribui, como Skocpol, singularidade causal às revoluções sociais. Mas não chega à separação metódica entre causas e conseqüências revolucionárias, tal como Bobbio. Sua formulação aproxima-se da de Russel (1974), que define revolução como uma rebelião bem sucedida. Mas também se afasta desta num aspecto fundamental,

pleno de conseqüências. É que Tilly, ao contrário de Russel, não exclui a *possibilidade* de um desfecho revolucionário sem uma crise revolucionária, de uma revolução sem rebelião de massas, o que está ligado à valorização da mudança como variável de definição mais forte do que o conflito, embora a ele ligada.

A restrição de Skocpol é orientada por convicções metodológicas quanto à limitada possibilidade de se extrair generalizações da análise comparativa dos três casos de revoluções sociais por ela estudados. Afinal, ela não recusa a existência de outros tipos de revoluções e outras modalidades de mudança na composição da Grande Transformação (Polanyi) para a modernidade capitalista. Mas também é orientada por convicções teóricas quanto ao peso das variáveis estruturais na explicação das revoluções *sociais*.

Assim, embora as definições de Tilly e Skocpol em si mesmas não sejam contraditórias e apenas se situem *além e aquém*, respectivamente, do grau de amplitude da definição de revoluções modernas adotada neste trabalho, seus argumentos nos remetem aos problemas explicativos propriamente ditos: *The debate over definitions takes us into a debate over the substance of political conflict and the structure of revolution*. TILLY (1978:199).

CAUSAS E DINÂMICA DAS REVOLUÇÕES

Para Skocpol as revoluções sociais têm causas remotas específicas, estruturais, que condicionam suas possibilidades de ocorrência em conjunturas particulares. Sua perspectiva está assentada na crítica ao que chama de modelos explicativos voluntaristas, que partiriam da premissa de que *uma condição causal necessária consiste na emergência de um esforço deliberado – um esforço que une líderes e seguidores no propósito de subverter a ordem política ou social vigente*. SKOCPOL(1985:27).

Ao constatar que nenhuma das classes sociais envolvidas num conflito revolucionário tem controle sobre a resultante do processo, acrescentando também a hipótese de que nenhuma crise revolucionária jamais teria sido forjada por um movimento deliberadamente revolucionário, Skocpol acusa as teorias intencionais de ingenuidade. Operando com uma noção de conjuntura² depurada dos aspectos conscientes e coordenados da ação coletiva dos sujeitos organizados, adquirem relevo em sua análise as relações inter-estatais e inter-classistas como fatores estruturantes das potenciais crises revolucionárias.

Segundo Skocpol, as revoluções francesa, russa e chinesa surgiram como uma decorrência das crises políticas que desestruturaram o Estado do Antigo Regime. Basicamente, no momento em que estes Estados foram desafiados pela evolução da situação internacional, bem como pelas contradições com os interesses das classes dominantes nos momentos de crise, suas estruturas militares e administrativas centralizadas desmembraram-se, ficando abertos os flancos que seriam atingidos pelas revoltas populares de massa.

Estes Estados imperiais proto-burocráticos encontravam-se em pleno processo de expansão e consolidação da autoridade centralizada sobre as respectivas nações, cujas economias ainda eram predominantemente agrárias e as sociedades ainda majoritariamente constituídas por camponeses, que se enfrentavam não somente com o poder coercitivo do Estado, mas também com as classes proprietárias rurais.

Todavia, mesmo as relações entre senhores rurais e Estado eram de cooperação e confronto a um só tempo.

Por um lado, as classes dominantes (...) não se podiam defender das revoltas dos camponeses apenas com os meios locais; (...) Além disso, as classes dominantes haviam-se acostumado a ter oportunidades de aumentar as suas fortunas privadas graças aos serviços prestados ao Estado. Na verdade, esta apropriação indirecta de mais-valias pelos serviços prestados ao Estado tornara-se muito importante na França, na Rússia e na China do Antigo Regime. SKOCPOL(1985:59). A natureza proto-burocrática do Estado favorecia tal mescla de interesses.³

Por outro lado, as dinastias Bourbon, Romanov e Manchu estavam empenhadas em aumentar a extração de recursos da sociedade para serem aplicados na construção e ampliação de máquinas militares, económicas e administrativas centralizadas. O potencial conflito de interesses entre os Estados autocráticos e suas respectivas classes dominantes poderia engendrar um efeito involuntário de deslegitimação e desagregação da capacidade coercitiva, normativa e administrativa do Estado.

A conjuntura histórica do período que precedeu a crise revolucionária neste países foi marcada pela expansão das relações de produção capitalistas na indústria nascente, no comércio e nos serviços. Como salienta a autora, os Estados agrários, apanhados pelo *timing* mundial da expansão do capitalismo, poderiam tentar reformas estruturais “pelo alto” para adaptarem-se à nova ordem sem perder sua autonomia, como aliás fizeram o Japão Meiji e a Prússia dos Hohenzollern.

Todavia, nos casos concretos da França na segunda metade do século XVIII, da Rússia no começo do século XX e da China na primeira

metade do século XX, nem a estreita participação social (Huntington), nem os entraves postos pela classe dominante à ação transformadora da elite do Estado favoreceram uma resposta pronta e vigorosa aos desafios internacionais. Como se sabe, estes três países sofreram derrotas em confrontos militares com países econômica e militarmente mais poderosos do que eles, nos períodos que antecederam as revoluções.

Seja como for, por causa de derrotas militares (Rússia) ou pela reação das poderosas classes dominantes agrárias às tentativas de mobilização de recursos e/ou de reformas estruturais (França e China), o fato é que a desintegração dos aparatos centralizados de coerção e administração tornaram as relações sociais vulneráveis às revoltas das classes dominadas, em particular do campesinato.

Além das variáveis independentes que determinam o fenômeno “de cima para baixo”, Skocpol especificou também outras, “de baixo para cima”. As crises político-institucionais, embora fossem mobilizadoras de massas, não eram uma causa suficiente para as revoluções sociais.

Se múltiplas revoltas camponesas de massa não tivessem ocorrido simultaneamente à perda de capacidade fiscalizadora e punitiva dos Antigos Regimes, aproveitando-se inclusive desta fragilidade, as antigas relações de produção pré-capitalistas não teriam sido abaladas e a contra-revolução ou algum consenso liberal teriam se estabelecido.

Contrastando os casos francês, russo e chinês com as revoluções Inglesa (1640-1649) e Alemã (1848), Skocpol formula a hipótese de que sem a componente insurrecional trazida pelas rebeliões camponesas, as revoluções falhariam em seus esforços de reestruturar o tecido social, mesmo com a presença de vigorosos levantes de trabalhadores urbanos.⁴

Como as rebeliões camponesas podiam ser consideradas endêmicas nestas três sociedades, não se poderia afirmar que no período revolucionário estas massas tenham modificado radicalmente seus objetivos coletivos por mais terra, trabalho e liberdade. Ou seja, reforça novamente a tese sobre o caráter não intencional dos desfechos revolucionários. O “ponto máximo” a partir do qual as taxas históricas de exploração deixariam de ser suportáveis, fazendo explodir a rebelião, bem como o “grau mínimo” a partir do qual as revoltas locais transcenderiam seus limites históricos só podem ser explicados, segundo a autora, pela existência de fortes comunidades autônomas e, concomitantemente, pelo enfraquecimento das sanções sociais contra a rebelião:

Os sistemas agrários centrados no rentier, nos quais as famílias de pequenos proprietários possuem e trabalham a terra por sua con-

ta, são notoriamente mais susceptíveis de revoltas – sobretudo (...) nos casos em que as relações socioeconômicas da comunidade unem as diversas famílias, opondo-as aos grandes proprietários. SKOCPOL(1985:128).

Além deste condicionante estrutural há outro, político, que é dado pelo maior ou menor controle que as próprias comunidades camponesas têm sobre os aparelhos estatais locais:

Segundo tudo leva a crer, as ordens agrárias mais vulneráveis a revoltas súbitas e autônomas dos camponeses eram aquelas que não apenas tinham relações de classe favoráveis à solidariedade e autonomia camponesas como também mantinham aparelhos repressivos central e burocraticamente dirigidos, se bem que as comunidades camponesas gozassem de uma considerável autonomia política local. Idem Ibidem.

A combinação entre crises políticas do Estado e rebeliões populares autônomas e irreversíveis contra a velha ordem conformariam as Revoluções Sociais.

Observe-se que estas variáveis causais tentam articular o “porquê” das Revoluções Sociais (derrota militar externa/veto interno à mobilização extra de recursos; autonomia das comunidades camponesas) ao “como” elas ocorrem (desagregação do poder coercitivo do Antigo Regime; rebeliões camponesas de massa).

Neste aspecto Tilly e Skocpol são muito diferentes, pois o primeiro concentra suas explicações nas últimas fases do processo revolucionário, onde o “como” é quase equivalente ao “porquê”, enquanto a segunda não demarca bem as passagens das causas estruturais das revoluções para os processos revolucionários, tema ao qual se retornará logo mais.

Além das variáveis causais, Skocpol discute também o peso de duas outras variáveis intervenientes: as cúpulas políticas e as ideologias revolucionárias.

A autora admite que os dirigentes revolucionários, na medida em que estão empenhados na ação de lutar para controlar e transformar o poder de Estado, desempenham um papel importante no curso das revoluções. Chama-os de *edificadores de Estado*, uma nomenclatura muito semelhante àquela com a qual Huntington caracterizara os leninistas, designados como *construtores de Instituições*.

A hipótese geral é que estes dirigentes eram parte das elites instruídas

que foram marginalizadas pelo Estado semi-burocrático, pela sociedade autocrática e por relações de mercado pouco desenvolvidas, o que tornava difícil a absorção das demandas transformadoras destes segmentos e os levava à ação revolucionária. Skocpol fornece ainda um interessante contraste regional e social entre jacobinos e girondinos, bolcheviques e mencheviques, comunistas e kuomintang, que reforça a hipótese da autora sobre a congruência entre o perfil social dos dirigentes revolucionários e a orientação dos novos regimes no sentido de reforçar o poder do *Estado* como instrumento militar e de desenvolvimento sócio-econômico.

Quanto às ideologias revolucionárias, Skocpol descarta a possibilidade de que intenções conscientes e formalizadas coletivamente possam revelar algo muito útil acerca das ações concretas dos sujeitos revolucionários ou das conseqüências particulares desencadeadas pelas revoluções sociais. A interveniência destas ideologias estaria restrita às funções de coesão, auto-legitimação e emulação das vanguardas revolucionárias e sua massa de seguidores semi-organizados.

A proposição geral de Skocpol é bastante convincente, principalmente a análise internacional e a hipótese sobre o contencioso entre o Estado e as classes terratenentes. Os demais elementos foram questionados e debatidos na sociologia norte-americana das revoluções nos últimos quatorze anos.

No entanto, interessa agora contrastá-la especificamente com os argumentos de Tilly, incluído no rol dos “ingênuos” por Skocpol.

Na verdade, Tilly não recusa a idéia de condicionantes estruturais para as ações coletivas revolucionárias. Pelo contrário, sua agenda de problemas analíticos é carregada pela pesquisa das relações tensas entre estes *hidden processes* (estruturas) e a *creativity of ordinary people* (ações coletivas populares).

No caso das revoluções modernas, o que ele rejeita é a tese de uma via única de transição da sociedade tradicional à moderna (criticada também por Skocpol), onde a desorganização social causada pela modernização favoreceria o crescimento da violência em geral, e da violência revolucionária em particular. Em diversos trabalhos sobre greves, rebeliões, revoluções e levantes contra-revolucionários,⁵ Tilly sustentou, com base nas evidências históricas, que a rápida mudança social associada a processos como a industrialização e a urbanização tendem a diminuir os conflitos sócio-políticos, e não a aumentá-los exponencialmente.

No longo prazo, no entanto, a expansão das relações de produção capitalistas, o *statemaking* e a urbanização engendram novos padrões de conflito na medida em que os recursos de poder e a riqueza vão se des-

locando para novos segmentos da população anteriormente excluídos do quadro dominante, ou que novos grupos sociais de excluídos vão sendo formados.

Estes deslocamentos redefinem as identidades coletivas e os interesses na base material de existência da sociedade, a partir dos quais emergem potenciais conflitos estruturais.

Um exemplo destas transformações Tilly foi retirar do próprio Marx:

His argument was precisely that through repeated victimization under bourgeois democracy (a victimization, to be sure, dictated by the logic of capitalism) workers would gradually turn away from its illusions toward class-conscious militancy. That he (Marx, n.a.) should have overestimated the polarizing effects of industrial capitalism and underestimated the absorptive capacity of the politics it supported does not reduce the accuracy of his perception of the relationships. So far as Marx was concerned a newly forming and growing class was the only candidate for such transformation. In fact, the general principle appears to apply as well to national minorities, age-sex groups, regional populations, or any other mobilizing group which makes repeated unsuccessful bids of power. TILLY(1978:203).

O que Tilly recusa, portanto, é que tais deslocamentos de longo prazo, estruturalmente condicionados, preencham completamente as causas suficientes para que a mobilização redunde em revolução. Aqui há uma incomensurabilidade entre as teses de Skocpol e Tilly, pois a professora de Harvard rejeita o que seria um excessivo peso das variáveis intencionais na argumentação do professor da New School of Social Research, sem explicar satisfatoriamente, nos seus próprios termos, a conexão entre as causas estruturais das crises revolucionárias e o papel ativo das “cúpulas políticas” na construção dos novos regimes mobilizadores de massas.

Já Tilly, por sua vez, privilegia a análise das interações conflitivas entre os grupos organizados e seus aliados “latentes” na sociedade, desde seu surgimento até seu crescimento ao ponto da ruptura revolucionária. Tendo claro que *the short-run conditions of these outcomes may be quite different from the long run-changes which make them possible. idem (1978:203).*

De acordo com Tilly, as condições suficientes para a ocorrência de uma crise revolucionária seriam as seguintes:

1) Surgimento dos grupos revolucionários com demandas exclusivas de soberania.

2) Adesão às demandas dos grupos organizados por expressivos contingentes populacionais dominados.

3) Incapacidade dos governantes para desmobilizar os opositores.

Não se trata de um modelo intencional mono-causal, voluntarista ou “ingênuo” como fizera parecer Skocpol, ao afirmar que Tilly punha todo o peso explicativo da crise revolucionária na ação das coalizões que questionavam a soberania de um governo.

A primeira variável destacada pelo autor faz lembrar de sua polêmica com os teóricos da privação relativa, na qual ele reteve três importantes *insights* de Huntington:

a) *that revolutions and collective violence tend to flow directly out of a population's central political processes, instead of expressing diffuse strains and discontents within the population;*

b) *that the specific claims and counterclaims being made on the existing government by various mobilized groups are more important than general satisfaction or discontent of these groups, and that claims for established places within the the structure of power are crucial.*

c) *that large-scale structural change transforms the identities and structures of the potential aspirants for power within the population, affects their opportunities for mobilization, governs the resources available to the government, and through it to the principal holders of power. TILLY (1973:436).*

Trata-se, como se pode notar, de um fenômeno objetivo, que pode ser mensurado e comparado entre sociedades. Também em relação ao problema da adesão popular às demandas dos grupos revolucionários, as palavras de Tilly nos parecem mais apropriadas:

Neither the presence nor the expansion of areas of autonomy or of resistance on the part of subject population is a reliable sign. All governments excite some sorts of resistance, and all governments exert incomplete control over their subjects” TILLY (1978: 192).

O apoio popular tampouco é algo difuso e “ingênuo” para Tilly, pois manifesta-se em relação aos aspectos centrais da vida cotidiana dos indivíduos que se rebelam:

They pay taxes, provide men to its armies, feed its functionaries, honor its symbols, give time to its services, or yield others resources despite the prohibitions of a still-existing government they formerly obeyed. Multiple sovereignty has began. idem ibidem.

As motivações para a adesão às demandas revolucionárias são de natureza semelhante às destacadas por Skocpol no caso dos conflitos entre classes dominantes e Antigo Regime, embora simétricas.

Para Tilly, quando o Estado deixa de prover os grandes bens públicos pelos quais ele é direta ou indiretamente considerado responsável (proteção, acesso à justiça, bem-estar, terra, trabalho, etc.), as chances de parcelas da população apoiarem outros contendores na disputa pela soberania é muito maior.

Do mesmo modo, quando o Estado é ameaçado por períodos de crise e tenta aumentar bruscamente a taxa de extração de recursos da sociedade, através de tributos, recrutamento militar, requisições de bens e outros; a evidência histórica mostra o grande potencial desta ação (intencional, diga-se de passagem...) desencadear rebeliões defensivas.

Mas, diferentemente de Skocpol, Tilly não atribui centralidade explicativa a estas revoltas espontâneas:

This defensive mobilization is not simply a cumulation of individual dissatisfactions with hardship or a mechanical group response to deprivation. Whether it occurs at all depends very much, as Eric Wolf and others have shown, on the preexisting structure of power and solidarity within the population experiencing the threat. Furthermore, its character is not intrinsically either 'revolutionary' or 'counter-revolutionary'; that depends mainly on the coalitions the potential rebels make. This defensive mobilization is the most volatile feature of a revolutionary situation, both because it often occurs fast and because new coalitions between a rapidly mobilized group and established contenders for power can suddenly create a significant commitment to an alternative polity. TILLY(1978:206).

Note-se o quanto as conclusões de Tilly se aproximam das de Skocpol em relação a estas mesmas rebeliões de massa, segunda variável mais importante do modelo 'estrutural'. Inobstante as peculiaridades terminológicas e as ênfases analíticas se manterem intactas nos dois trabalhos.

Já a terceira variável de Tilly foi absolutamente ignorada por Skocpol ao comentar o modelo deste autor em *States and Social Revolutions*. A

inibição política ao uso da coerção é uma noção muito mais generalizável do que o estrito colapso da capacidade repressiva dos Antigos Regimes, embora admita perfeitamente as derrotas em guerras como um exemplo extremo de perda da capacidade repressiva interna. Inibições envolvem também os casos de ineficiência, falta de recursos e constrangimentos da opinião pública interna ou internacional.

Estabelecidas estas pré-condições, ou melhor, instalada a soberania múltipla, Tilly destaca outras três variáveis intervenientes, que poderiam ser chamadas de “causas suficientes” para a transformação de uma crise revolucionária em um desfecho revolucionário:

1) Persistência de uma situação de Soberania Múltipla. A soberania múltipla é a situação genérica de disputa, não necessariamente revolucionária, entre organizações distintas pela soberania sobre uma população e/ou um território. Como salientou Eisenstadt, guerras civis em geral também são modalidades de conflito que submetem um país a mais de uma autoridade soberana, ao menos temporariamente. Mas Tilly analisa revoluções, portanto, confrontos organizados em torno de *issues* centrais da vida de uma sociedade a serem mantidos, reformados ou radicalmente transformados. Na sua terminologia, altos custos para suprimir demandas alternativas de governo e centralidade das questões em disputa fazem da situação de soberania múltipla uma crise revolucionária.

Assim, embora não privilegie a violência coletiva como variável definidora da revolução, Tilly tampouco deixa de reconhecer que as ações conscientes e instrumentais de sujeitos com metas consistentes, dispostos a evitar a repressão e a cooptação, tendem a favorecer rodadas de testes mútuos que aumentam o potencial de violência na medida em que a crise adquire dimensões mais vastas. Neste caso, se poderia afirmar que a extensão da mudança está vinculada à extensão da crise revolucionária, embora em essência a revolução se defina mais pela mudança efetiva do que pela presença da violência.

2) Coalizões entre membros da *Polity* e *Contenders*. Para Tilly há uma relação curvilínea entre a necessidade da coalizão, sem a qual a experiência com a função dirigente na sociedade e os demais recursos de poder não são obtidos, e o risco de sua ampliação excessiva, que tende a reduzir a extensão da ruptura e, conseqüentemente, da transferência de poder.

Este autêntico *trade-off* aliancista é contornável, segundo Tilly, num ponto ótimo a ser buscado: *The wise revolutionary who wishes to produce a large transfer of power forms the minimum necessary coalition with*

existing members of the polity, and forces his coalition partners to break irrevocably with others members of the polity. TILLY(1978:213).

Nesta questão Tilly inclui o tema da “deserção dos intelectuais” (Brinton), salientando o papel deste segmento vital na organização e na formulação ideológica das coalizões revolucionárias. Isto que era uma variável interveniente “fraca” para Skocpol, adquire aqui centralidade, embora a *ideologia* como tal não figure entre as noções mais importantes do modelo da mobilização de recursos.⁶

Valeria a pena, portanto, relacionar o argumento de Eisenstadt sobre a tensão entre ordem cultural transcendente e ordem cultural mundana como variável estrutural que condiciona a possibilidade de mudanças coalescentes, com os símbolos ideológicos mais adequados a uma maior extensão dos conflitos entre estes dois domínios, segundo a análise que fez Skocpol sobre o jacobinismo, o leninismo e o pensamento maoísta.

3) Controle de recursos suficientes pelos revolucionários. Neste caso trata-se rigorosamente da mesma ponderação de Skocpol, sobre a necessidade de um balanço favorável de forças militares para que os revolucionários possam tomar o poder. Segundo Tilly, embora a derrota militar dos membros da coalizão dominante não seja uma condição suficiente para a conquista da soberania pela coalizão revolucionária, sem aquela esta é impossível.

Também é preciso contabilizar outros recursos de poder (dinheiro, terras, idéias, habilidades organizacionais, etc.) que facilitam o acesso aos meios bélicos, embora Tilly seja enfático ao afirmar a centralidade destes na definição final de um desfecho revolucionário para uma crise revolucionária.

Nada no modelo impede que este “controle da maioria dos meios de coerção” abarque o que se chamou anteriormente de capacidade de inibição da repressão, o que ajudaria a explicar o aparente paradoxo das transferências de poder relativamente pouco violentas (Irã, Leste europeu) e até dos movimentos revolucionários pacifistas⁷ (cristianismo primitivo, gandhismo).

Como se pode ver, tanto a centralidade da política quanto o papel das rebeliões populares estão contemplados no modelo de mobilização de recursos e interações estratégicas de Tilly, o que o torna mais potente para explicar as fases finais do processo revolucionário do que a passagem abrupta, no texto de Skocpol, entre as causas das revoluções sociais e suas consequências estruturais.

Ocorrido o desfecho revolucionário da crise, consideremos agora as conseqüências que isto acarreta para a sociedade.

AS CONSEQUÊNCIAS DAS REVOLUÇÕES:

Este é um tema muito mais desenvolvido por Skocpol do que por Tilly. Para ela as lutas de classe revolucionárias ocorridas na França, na Rússia e na China culminaram em mudanças estruturais profundas e duradouras. Os Estados proto-burocráticos dirigidos por monarquias autocráticas foram destruídos, surgindo em seu lugar novos Estados nacionais burocráticos, dirigidos por regimes mobilizadores de massas. As antigas classes sociais dominantes, especialmente os senhores rurais, perderam seus privilégios sociais e políticos, bem como sua relevância econômica como apropriadores locais dos excedentes agrários dos camponeses.

Skocpol procura explicar também as diferenças entre os três casos. Em primeiro lugar, a Revolução Francesa gerou um sistema político dirigido por burocratas profissionais, convivendo “simbioticamente” com o mercado em expansão e com a propriedade privada. Neste caso a mobilização popular teria sido suprimida após 1793, ou pelo menos canalizada para o recrutamento militar, o que de todo modo acabaria por neutralizar as atividades políticas de vastos segmentos populares enquanto sujeitos coletivos da revolução.

Diferentemente da França, a Rússia soviética e a China comunista possuíram a característica comum de serem dirigidas por partidos que dominaram o aparelho estatal e conduziram o desenvolvimento econômico. Este caracterizou-se não só pela industrialização acelerada conduzida pelo Estado, como pela subordinação do mercado a sistemas planejados de gestão das atividades e da propriedade privada à estatal ou comunitária.

Do ponto de vista da administração pública, embora nos três casos se tenham constituído burocracias verticalizadas, profissionais e normatizadas por regras formais de procedimento, na URSS a administração pública e a máquina partidária formaram um amálgama que exercia fortes controles coercitivos sobre a vida social, principalmente sobre as populações camponesas, em nome dos interesses urbanos do proletariado.

Na China, a mobilização de massas introduzida como política oficial durante a Revolução Cultural, bem como os controles que o partido e o exército exerciam sobre a burocracia estatal marcaram uma diferença importante em relação ao desenvolvimento soviético. Os dirigentes chineses orientaram sua industrialização para o setor de bens de consumo e apoiaram seu desenvolvimento econômico na imensa massa rural do país, procurando desestimular o crescimento das desigualdades de função e remuneração .

O que perpassa esta análise de Skocpol é a tese já destacada anteriormente sobre a efetividade das mudanças institucionais e sócio-econômicas como indicador da plenitude de uma revolução social:

Nas três situações revolucionárias, as direções e os regimes políticos - o jacobino e depois o napoleônico em França, o bolchevique na Rússia e o comunista na China - emergiram para restabelecer a ordem nacional, consolidar as transformações socioeconômicas forjadas pelas sublevações da classe revolucionária e fortalecer o poder e a autonomia nacionais em relação e contra os competidores internacionais. Se tal não houvesse acontecido, não poderíamos falar das Revoluções Francesa, Russa e Chinesa como revoluções sociais bem sucedidas [i.e., completas]. Quando muito, teriam sido consideradas tentativas abortadas, como a Alemanha em 1848 e a Rússia em 1905. SKOCPOL (1985:177).

A ênfase na edificação do Estado é proposital, embora a autora não ignore outras dimensões da mudança, tais como as ocorridas nas estruturas demográficas, familiares, religiosas, educacionais e sanitárias de uma população. Afirma contudo, de forma análoga a Tilly, que as mudanças institucionais e constitucionais no sistema político tendem a consolidar, e até por vezes a originar, mudanças sócio-econômicas.

A base analítica para a diferenciação entre os três casos foi constituída, além das variáveis já destacadas anteriormente, por variáveis intervenientes “fortes”, que são:

a) A forma da *débâcle* de cada Antigo Regime, determinando o tipo de conflito principal no interregno revolucionário, bem como as condições para a estabilização ou não dos regimes liberais e as tarefas militares e administrativas imediatas dos novos regimes.

b) O *timing* e a forma das revoltas camponesas em relação ao processo revolucionário como um todo.

Onde as revoltas camponesas ocorreram subita e autonomamente, como aconteceu em França e Rússia, tiveram efeitos imediatos e incontrolados no curso das lutas políticas urbanas à escala nacional. Na China, as revoltas dos camponeses contra os senhores de terras foram retardadas até os camponeses serem mobilizados politicamente para o processo da edificação do Estado revolucionário. SKOCPOL (1985:186).

c) As heranças sócio-econômicas dos Antigos Regimes, particularmente as estruturas industriais, comerciais e de transporte, que ajudariam a explicar o maior ou menor peso do setor urbano e do mercado no período pós-revolucionário.

d) Finalmente, as circunstâncias internacionais específicas e o momento da expansão capitalista mundial em que ocorreram cada uma das revoluções sociais. A seqüência das revoluções e os contextos macropolíticos e macro-econômicos afetaram as ideologias, os programas, os recursos organizacionais e os apoios internacionais de cada regime revolucionário emergente.

Em termos muito amplos, as hipóteses de Skocpol não são totalmente incompatíveis com as de Tilly. Para ele, a relação entre revolução e mudanças estruturais depende da escala de tempo que se adote.

No curto prazo, não se observam em geral grandes redistribuições de recursos, mudanças na qualidade de vida, urbanização, industrialização ou reestruturações morais e culturais da sociedade como um todo. As mudanças mais radicais, conformadas como rearranjos estruturais, seriam tipicamente temporárias, como as mobilizações de homens, lealdades, talentos organizacionais e armas.

Tais mudanças recrudescem, no entanto, na medida em que as novas estruturas de poder se cristalizam. Também a suspensão da vida cotidiana⁸ e a desorganização das atividades rotineiras por festas, assembleias e emergências em geral tende a não se prolongar além da estabilização da nova *polity* soberana.

Todavia,

a few great revolutions provide exceptions to this absence of short-run transformation; that is perhaps what permits us to call them great revolutions. Although the nobles and the clergy regained some of their position in France with and after Napoleon, the confiscation and sale of aristocratic and ecclesiastical property from 1790 to 1793 permanently shifted the weight away from those two powerful classes. TILLY(1978:220).

Isto contraria frontalmente o que Tilly chama de visão “cansativa” de mundo, expressa por exemplo por um Crane Brinton, segundo a qual as revoluções produzem muita agitação violenta e pouca mudança após um lapso de tempo relativamente curto. A ênfase analítica nas mudanças políticas e na noção de poder soberano é considerada a melhor indi-

cação do *quantum* (alcance e profundidade) de mudanças tendem a ser geradas pelas revoluções completas. Esta variável é tão central para Tilly quanto o Estado é para Skocpol.

No longo prazo Tilly acredita que as revoluções, porque concentraram poderes e redistribuíram o acesso a estes recursos societários concentrados, produzem transformações estruturais nas demais dimensões axiais da vida social,⁹ na direção e com a extensão anunciadas pelas transferências de poder concretamente ocorridas.

Além desta ênfase comum na questão sócio-política, Tilly compartilha com Skocpol a atenção às variações de cada caso, que decorreriam das *confining conditions* (Otto Kirchheimer) específicas de cada processo. Porém, embora estime algumas revoluções como moral e praticamente válidas, Tilly é bem menos convicto do que Skocpol a respeito das relações de custo e benefício deste tipo de ação coletiva e de modalidade de mudança. Afinal, o estado-da-arte da sociologia das revoluções modernas, segundo as prioridades de pesquisa indicadas por Tilly, sugere como mais urgente e razoável analisar as interações estratégicas entre sujeitos coletivos do que comparar as modalidades revolucionárias e não-revolucionárias de mudança através do mundo moderno, tarefa considerada prioritária por Skocpol.

Talvez seja também por estas diferentes estratégias de pesquisa que nossos dois autores optem por sua respectivas ênfases analíticas e paradigmáticas.

CONCLUSÃO

Espero que o contraste entre os modelos de Skocpol e Tilly tenha sido suficiente para demonstrar a fecundidade de um enfoque interativo entre as abordagens histórico-estruturais e estratégico-intencionais na explicação das revoluções modernas. Quando se procede desta forma, as próprias “zonas de validade dos paradigmas” ficam mais visíveis no material histórico a ser revisitado pelos estudiosos do tema nos próximos anos.

Como arremate final, ficam quatro comentários sumaríssimos sobre o sentido geral do esforço realizado.

O fato da sociologia norte-americana das revoluções demorar cerca de sessenta anos para deixar de tratar as revoluções como exemplos graves de patologias sociais não deveria desestimular a continuidade dos trabalhos na direção de uma teoria da *revolução como mudança rápida, global e radical dos sistemas sociais*. Afinal, as correlações entre conflito e

mudança, núcleo desta teoria da revolução, já deixaram de ser associadas exclusivamente à violência coletiva desde meados dos anos sessenta.

Enfim, ironias à parte, me parece que a direção hegemônica do progresso na sociologia das revoluções aponta num sentido teórico, metodológico e ideológico positivo, compatível com os desideratos de um neo-marxismo analiticamente comprometido com o desafio de finalmente explicar *o mútuo condicionamento entre determinação estrutural e liberdade dos sujeitos sociais*.

As tendências mais recentes da sociologia das revoluções apontam várias tarefas correlatas para os próximos anos. Desenvolver os modelos multi-causais, flexíveis e complexos sugeridos pelas abordagens *conjunturais* do fenômeno revolucionário. Contrastar estes modelos com novas pesquisas comparativas e estudos de caso sobre as Revoluções Modernas. Desenvolver as hipóteses que afirmam que *estruturas condicionam ações que mudam estruturas...* Bem como as que salientam que *ações são forjadas por ideologias & conexões instrumentais...* Cabe lembrar também do ainda recente domínio da *cultura e da ideologia* como variáveis independentes e correlacionadas na explicação dos processos revolucionários.

Finalmente, as revoluções que forjaram o mundo moderno não ocorrerão na fase atual da modernidade. Este truísmo banal, repetido *ad nauseam* como descoberta científica, não exime os estudiosos do tema de debruçarem-se sobre a *herança das revoluções modernas para as alternativas de mudança na crise contemporânea*.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. No *Dicionário de Política* este problema é contornado por Pasquino através da noção de Movimentos Revolucionários, que lhe permite analisar também as revoluções "falhadas", tais como a Comuna de Paris (1871), as revoluções de 1848, bem como as insurreições de 1905 na Rússia, de 1919 na Alemanha e de 1956 na Hungria, dentre outras. Por outro lado, Pasquino não explica porque estas insurreições falharam enquanto outras foram bem sucedidas. Ver: PASQUINO(1991:1122).
2. Ver nota 44, na página 30 de *Estados e Revoluções Sociais*, op. cit. na Bibliografia.
3. Sobre o Estado Moderno, ver: ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo, Brasiliense, 1985. GILBERT, Félix (org.). *The Historical Essays of Otto Hintze*. New York, Oxford University Press, 1975. KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro,

- ro, Campus, 1989. 5ª edição. POGGI, Gianfranco. *A Evolução do Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. TILLY, Charles (org.). *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton-N.J., Princeton University Press, 1975. TORRES, João C. Brum. *Figuras do Estado Moderno*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
4. Theda Skocpol considera os casos da Iugoslávia e de Cuba como residuais e periféricos (*sic*). Podem ser mencionados também os casos da Nicarágua, do Irã e do Leste Europeu. Ora, a base social predominante das três revoluções estudadas por Skocpol eram os camponeses, mas poderiam ser quaisquer segmentos rebelados das populações subordinadas nos outros países, dependendo das condições estruturais dos vários aspectos do desenvolvimento nacional. Ver, na bibliografia, as referências sobre as revoluções de base urbana.
 5. Ver, dentre outros: TILLY, Charles. *The Vendée*. Cambridge - Mass; Harvard University Press, 1964. TILLY, Charles & SHORTER, Edward. *Strikes in France: 1830-1968*. Cambridge - U.K; Cambridge University Press, 1974. TILLY, Charles & TILLY, Louise & TILLY, Richard. *The Rebellious Century: 1830-1930*. Cambridge - Mass; Harvard University Press, 1975.
 6. Sobre a lacuna do conceito de ideologia na obra de Tilly, ver: HUNT, Lynn. "Charles Tilly's Collective Action". In: SKOCPOL, Theda (org.). *Vision and Method in Historical Sociology*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984. Pp. 244-275.
 7. Ver sobre o caso da Índia: MOORE Jr.(1983:311-379).
 8. Ver, sobre a estrutura da vida cotidiana e as dimensões axiais da práxis histórico-social: HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1985.
 9. Neste sentido é que falávamos, num texto específico sobre os problemas teóricos de sociologia das revoluções, que estas são processos radicais de mudança que atingem as diversas esferas da vida social com ritmos, intensidade e profundidade diferenciados.

ANEXOS

Anexo I - Quadros de Tilly:

I.1- Situações Revolucionárias e Desfechos revolucionários combinados:



Fonte: TILLY(1978:196)

Nota explicativa:

Para Tilly, uma mudança sócio-institucional pode ser mais ou menos revolucionária. No período de tempo considerado, o autor procura avaliar o processo segundo as combinações específicas de duas variáveis, o grau de cisão entre as *polities* e o grau de deslocamento dos antigos detentores do poder por novos dominadores.

A premissa do autor é a de que a vida política “normal” envolve pequenos deslocamentos de membros situacionistas, bem como clivagens que têm baixo custo para as partes resolverem entre si. No outro extremo do diagrama, as “Grandes Revoluções” envolveriam cisões extensas entre alternativas políticas e deslocamentos em grande escala dos membros da *Polity* situacionista.

A hipótese de Tilly também pode ser apresentada nos termos que seguem:

		Mudança	
		baixa	alta
Conflito	baixo	política normal	reforma/ revolução "silenciosa"
	alto	golpe/rebelião	revolução "clássica"

Elaborado pelo Autor

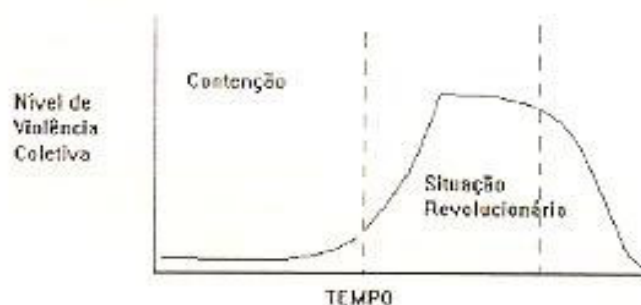
Este *continuum* entre situações e conseqüências revolucionárias, na medida em que não é direto e mecânico, qualifica a tese geral do autor, segundo a qual, "the more extensive the revolutionary situation, the greater the likelihood of an extensive transfer of power" TILLY(1978:212).

I.2- Modelos de Tensão-Relaxamento e de Contenção:

Nos quadros que seguem Tilly contrapõe dois modelos básicos para se descrever a dinâmica de uma revolução.

O modelo de *Tension-Release* corresponde às visões catárticas dos teóricos de primeira geração, bem como às diversas versões das teorias da Privação Relativa e das Expectativas Crescentes. Neste modelo, a curva da violência coletiva aumenta rapidamente até o momento do clímax (a situação revolucionária), decaindo abruptamente após o "descarregamento" das tensões sociais acumuladas.

No modelo de *Contention*, assumido como seu por Tilly, o padrão da violência coletiva anterior à crise revolucionária não é delimitado claramente, pois ele depende do tipo de mobilização social que conduz à soberania múltipla. Mais do que isto, Tilly nega a própria *necessidade* de uma elevação da violência antes da revolução, pois esta estaria associada à mudança efetiva, mais do que à violência. A curva de violência tende a manter-se alta durante a crise revolucionária, segundo a concepção realista de Tilly, porque as rodadas de confrontação entre os competidores pela soberania envolvem altos riscos e altos custos, duas variáveis cruciais no condicionamento do grau de violência.



Fonte: TILLY(1978: 218)

BIBLIOGRAFIA

I. Artigos & Capítulos

- ANDERSON, P. "Modernidade e Revolução". In: *Novos Estudos*, número 14, 1986. (1983).
- DAVIDHEISER, Evenly B. "Strong States, Weak States: the role of the State in Revolution". In: *Comparative Politics*, July 1992. pp. 463-475.
- DIX, Robert H. "The Varieties of Revolution". In: *Comparative Politics*, april, 1983. pp. 281-295.
- EISENSTADT, S.N. "Frameworks of the great revolutions: culture, social structure, history and human agency". In: *International Social Science Journal*, august 1992, nº 133, pp. 385-401.
- FORAN, John. "Theories of Revolution Revisited: Toward a Fourth Generation". In: *Sociological Theory* 11 (1): 01-20, 1993.
- GENRO Filho, Adelmo. "Reflexões Preliminares sobre Violência, Política, Poder e Estado". Florianópolis, UFSC, s.d. Cópia xerográfica.

- GOLDFRANK, Walter L. "Theories of Revolution and Revolution without Theory: The case of Mexico". In: *Theory and Society*, 7 (1): 1979. pp. 135-165.
- GOLDSTONE, Jack A. "Theories of Revolution: Third Generation". In: *World Politics* 32 (3): 425-453. 1980.
- GOODWIN, Jeff and SKOCPOL, Theda. "Explaining Revolutions in the Contemporary Third World". In: *Politics and Society*, 17 (4): 1989. pp. 489-509.
- GURR, Ted. "The Revolution-Social Change Nexus". In: *Comparative Politics*, 5:3 (April, 1973). Pp. 359-92.
- HUNT, Lynn. "Charles Tilly's Collective Action". In: SKOCPOL, Theda (org.). *Vision and Method in Historical Sociology*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.
- LICHBACH, Mark I. "What Makes Rational Peasants Revolutionary?". In: *World Politics*. Vol. 46, No 03, April 1994. Pp. 383-418.
- RAZI, G. Hossein. "The Nexus of Legitimacy and Performance: The Lessons of the Iranian Revolution". In: *Comparative Politics*, July 1987. pp. 453-469.
- RICHTER, Melvin. "Tocqueville's Contributions to the Theory of Revolution". In: FRIEDRICH, Carl J. (org.).
- SCHRECKER, Paul. "Revolution as a Problem in the Philosophy of History". In: FRIEDRICH, Carl J. *Revolution*. New York, Atherton Press, 1967.
- SEWELL Jr., W.H. "Ideologies and social revolutions: reflections on the french case". In: *Journal of Modern History*, vol. 57 (1), 1985. pp. 57-85.
- SKOCPOL, Theda. "Cultural idioms and political ideologies in the revolutionary reconstructions of state power: a rejoinder to Sewell". In: *Journal of Modern History*. Vol. 57 (1): 1985. pp. 86-96.
- SKOCPOL, Theda. "Social Revolutions and Mass Military Mobilization". In: *World Politics*, vol. XL, nº 02, January 1988. pp. 147-168.
- TAYLOR, Michael. "Racionalidad y acción colectiva revolucionaria". In: *Zona Abierta*, 1990. Pp. 69-113.
- TILLY, Charles. "Does Modernization Breed Revolution?". In: *Comparative Politics*, 5: 3 (1973).
- TILLY, Charles. "Modelos y Realidades de la Acción Colectiva Popular". In: *Zona Abierta*. No 54/55, 1990. Pp. 167-165.
- TILLY, Charles. "Revolutions and Collective Violence". In: POLSBY, Nelson W. and GREENSTEIN, Fred I. (orgs.) *Handbook of Political Science*. Reading, Mass.; Addison-Wesley, 1975. Vol. 3 - Macropolitical Theory. pp. 483-556.
- WACQUANT, Loïc J.D. e CALHOUN, Craig J. "Interesse, Racionalidade e Cultura". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº 15; fevereiro de 1991. pp 76-100.
- WICKHAM-CROWLEY, Timothy P. "Understanding Failed Revolution in El Salvador: A Comparative Analysis of Regime Types and Social Structures". In: *Politics and Society*, 17 (4): 1989. Pp. 511-537.

II. Livros

- ANDERSON, Perry. *O Fim da História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.
- BRINTON, Crane. *The Anatomy of Revolution*. New York, Vintage Books, 1958 (1938).
- CALLINICOS, Alex. *A Vingança da História: O Marxismo e as Revoluções do Leste Europeu*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1992.
- COHAN, A.S. *Teorias da Revolução*. Brasília, ed. UnB, 1981. (1975).
- EISENSTADT, S. N. *Revolução e a Transformação das Sociedades*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979. (1978).
- FEIERABEND, Ivo K.; FIERABEND, Rosalind and GURR, Ted (eds.). *Anger, Violence, and Politics*. Englewood Cliffs - N.J., Prentice Hall, 1972.
- FRIEDRICH, Carl J. (ed.). *Revolution*. New York, Atherton Press, 1967.
- FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1989.
- GURR, Ted. *Why Men Rebel*. Princeton: Princeton University Press, 1970.
- HUNTINGTON, Samuel P. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Rio de Janeiro, Forense/São Paulo, USP, 1975. (Yale University Press, 1968).
- JOHNSON, Chalmers. *Revolutionary Change*. Boston, Little Brown, 1966.
- KOSSOK, Manfred (ed.). *Las Revoluciones Burguesas*. Barcelona, Crítica, 1983.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1992.
- MOORE Jr., Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. São Paulo, Martins Fontes, 1983. (1967).
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1980. (1944).
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. (1985).
- SALERT, Barbara. *Revolutions and Revolutionaries: Four Theories*. New York, Elsevier, 1976.
- SKOCPOL, Theda. *States and Social Revolution*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1979. (Lisboa, Presença, 1985).
- TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Reading, Mass.; Addison-Wesley, 1978.
- WOLF, Eric. *Guerras Camponesas no século XX*. São Paulo, Global, 1984. (1969).

III. Dicionários & Obras de Consulta

- BOBBIO, Norberto (et alii). *Dicionário de Política*. Brasília, Ed. UnB, 1991. 3ª edição. Dois Volumes.
- BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988. (1983).
- BOTTOMORE, Tom. & NISBET, Robert. *Historia del Análisis Sociológico*. Buenos Aires, Amorrortu, 1988.

- BOUDON, Raymond & BOURRICAUD, François. *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo, Ática, 1993.
- DOSSE, François. *História do Estruturalismo*. São Paulo, Ensaio, 1993. Volume I, "O Campo do Signo - 1945-1966".
- ETZIONI, Amitai y ETZIONI, Eva (eds.). *Los Cambios Sociales*. México, Fondo de Cultura Económica, 1984. Pp. 84-96. (1964).
- FURET, François & OZOUF, Mona. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989. 1117 páginas.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro, Campus, 1989. 2ª edição. (1988).